



HISTÓRIA DA CLASSE/ESCOLA HOSPITALAR: NO BRASIL E NO MUNDO

Tyara Carvalho de Oliveira

SME de Duque de Caxias/RJ – carvalhotyara@gmail.com

Essa pesquisa pretende oferecer subsídios históricos que possam contribuir para uma melhor compreensão sobre o atendimento pedagógico educacional no ambiente hospitalar, denominado pelo Ministério da Educação (MEC) como: Classe Hospitalar. A Classe Hospitalar surgiu de políticas públicas e estudos originados da observação, consideração e respeito às necessidades das crianças que devido à problemática de saúde, requiriram hospitalização, independente do tempo de duração da mesma. Estar hospitalizado não é exclusão. A criança e/ou adolescente é um cidadão que tem o direito ao atendimento de suas necessidades e interesses mesmo quando está doente. O atendimento pedagógico hospitalar surgiu em meados do século XX na França mais especificamente após a Segunda Guerra Mundial, no qual inúmeras crianças e adolescentes em idade escolar foram mutiladas e feridas, o que motivou a permanência delas em hospitais por longos períodos. Diante dessa realidade surge então, a classe hospitalar em 1935 em Paris, criada por Henri Sellier, no intuito de tentar amenizar as consequências da guerra e que oportunizasse a essas crianças, enquanto alunas, de prosseguir em seus estudos ali mesmo no hospital. E assim com incentivo de médicos, religiosos e voluntários, a classe hospitalar foi conquistando um espaço na sociedade, sendo difundida para vários países, entre os quais se pode citar a Alemanha e os Estados Unidos que aderiram à criação de Classe hospitalar com o objetivo de beneficiar crianças tuberculosas que na época eram isoladas do convívio social e impossibilitadas de frequentar a escola. No Brasil esse atendimento inicia-se em agosto de 1950 no Hospital Municipal Jesus localizado no Rio de Janeiro, porém alguns estudos mostram que esse atendimento remonta ainda no Brasil Colônia na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. O objetivo desse estudo bibliográfico é a recuperação histórica do atendimento pedagógico educacional hospitalar e ampliar a reflexão sobre a sua importância dentro do contexto educacional para as crianças e/ou adolescentes internados. Esse estudo trata-se de uma pesquisa classificada segundo Mancini e Sampaio (2006) como uma revisão bibliográfica por realizar uma análise e síntese de informações disponibilizadas por pesquisas relevantes sobre o tema, e que foi fundamentada a partir da leitura e compreensão da literatura já existente presente em livros do acervo pessoal, artigos científicos publicados na mídia impressa, eletrônica e digital.

Palavras-Chave: Classe Hospitalar. Ambiente Hospitalar. História



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

A classe hospitalar não é um fato recente na história da educação. De acordo com autores da área, a sua origem remonta do início do século XX na França. No Brasil essa prática educacional iniciou-se em 1950, com a classe hospitalar no Hospital Jesus, localizado no Rio de Janeiro, porém há registros que em 1600, ainda no Brasil Colônia, havia atendimento escolar aos deficientes físicos na Santa Casa de Misericórdia em São Paulo. Essa modalidade de ensino só foi reconhecida em 1994 pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC) através da Política da Educação Especial, e, posteriormente normalizado entre os anos de 2001 e 2002 com os documentos, também do MEC, intitulados de: Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001) e Classe Hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: orientações e estratégias (BRASIL, 2002).

Embora a legislação brasileira reconheça o direito da criança e do adolescente hospitalizado a receber esse tipo de atendimento pedagógico nos hospitais no período de internação, essa oferta ainda é muito restrita, não contemplando a todas as crianças com esse direito. Com isso, o resgate histórico das classes hospitalares visa um maior entendimento sobre as possíveis causas deste fato e a sua importância no contexto educacional e emocional da criança e do adolescente hospitalizado.

Esse estudo trata-se de uma pesquisa classificada segundo Mancini e Sampaio (2006) como uma revisão bibliográfica por realizar uma análise e síntese de informações disponibilizadas por pesquisas relevantes sobre o tema, e que foi fundamentada a partir da leitura e compreensão da literatura já existente presente em livros do acervo pessoal, artigos científicos publicados na mídia impressa, eletrônica e digital.

Classes Hospitalares no mundo

A partir da segunda metade do século XX, observou-se em que países como Inglaterra, os Estados Unidos e o Canadá, os orfanatos, asilos e instituições para crianças violavam aspectos básicos do desenvolvimento emocional destas e podiam leva-las a condições psiquiátricas bastantes sérias acarretando sequelas na vida adulta.



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

Pesquisas publicadas sobre Classes Hospitalares nos indicam que as primeiras décadas do século XX a Europa via surgir em hospitais algumas atividades educativas que podem ser consideradas o início do que hoje conhecemos como Classe Hospitalar.

Na França de acordo com Paula (2011) a primeira classe hospitalar foi implementada em 1929 por Marie Luoise Imbert. Porém, segundo Vasconcelos (2005) a classe hospitalar teve seu início também na França, mas em 1935. Nesse momento esse texto não irá discutir em que ano verdadeiramente foi criada a primeira classe hospitalar. Esses dados foram inseridos nesse estudo a título de informação.

Henri Sellier inaugura a sua primeira escola para crianças inadaptadas em 1935 nos arredores de Paris. Seu exemplo foi seguido por outros países europeus, como a Alemanha, em toda a França e inclusive adotados nos Estados Unidos para o atendimento de crianças com tuberculose.

O Centro Nacional de Estudos e de Formação para a Infância Inadaptada (CNEFEI) de Suresnes, cidade periférica de Paris, foi criado em 1939 com o objetivo de formar professores para o trabalho em institutos especiais e em hospitais. Nesse mesmo ano é criado o cargo de professor hospitalar junto ao Ministério da Educação na França. Esse Centro funciona até hoje A formação de professores para as classes hospitalares no CNEFEI tem duração de dois anos. O Centro tem como missão até hoje mostrar que a escola não é hermeticamente fechada. O CNEFEI promove estágios, em regime de internato dirigido a professores e diretores de escolas; a médicos de saúde escolar e a assistentes sociais. Desde 1939, o CNEFEI já formou mais de mil professores. Isso faz com que todos os hospitais públicos na França tenham em seu quadro docente quatro professores: dois de ensino fundamental e dois do ensino médio. Eles trabalham em turnos diferentes de segunda a sexta. Na década de 40, foi criada a associação Animation, Loisirs à L Hôpital (Animação, Lazer no Hospital) e nos anos 80 foi fundada a Associação para a melhoria das condições de hospitalização das crianças (APACHE) vinculada, segundo (Paula 2011), à European Association for Children in Hospital (Associação Europeia para Crianças em Hospital) que reúne várias entidades no país em defesa dos direitos das crianças e adolescentes internados. Professores aposentados, professores da Educação Nacional e voluntários fazem parte de diversas



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

associações que tem como objetivo dar continuidade à escolarização da criança e adolescente hospitalizado, para que acompanhem as crianças nos hospitais e também na alta hospitalar, antes do retorno a escola regular. Essa associação conta com mais de três mil professores (Paula, 2011).

Na Espanha a preocupação com o atendimento pedagógico hospitalar é relativamente recente segundo Gonzáles (2007). Mais precisamente foi a Lei 13/1982 de sete de abril que estabeleceu as bases que hoje são as classes hospitalares. No seu artigo 29 dispõe “Todos os hospitais tanto infantis quanto de reabilitação, e também aqueles que tiveram serviços pediátricos permanentes, da administração do Estado, dos órgãos Autônomos dela dependentes, da segurança social, das comunidades autônomas e das corporações locais, assim como os hospitais particulares que regularmente ocupem, no mínimo, a metade de suas camas com doentes cuja instância e atendimento médico dependam de recursos públicos, terão que contar com uma seção pedagógica para prevenir e evitar a marginalização do processo educacional dos alunos em idade escolar internados nesses hospitais” (Gonzáles, 2007, p.345) Posterior a essa Lei, por meio do Decreto 334/1985 de seis de março, sobre ordenamento e planejamento da educação especial, em sua disposição adicional segunda, diz: “As administrações educacionais poderão entrar em acordo com as instituições de saúde públicas, tanto infantis como de reabilitação, e também com aqueles que tenham serviços pediátricos permanentes, para o estabelecimento das dotações pedagógicas necessárias para prevenir e evitar a marginalização do processo educacional das crianças em idade escolar que estão internadas nelas”. (Gonzáles, 2007, p.345)

Na Declaração dos Direitos da Criança Hospitalizada de 1987(Camaru e Goldani, 2004) também se ocupa do processo de ensino-aprendizagem da criança doente e/ou hospitalizada e/ou convalescente, enfatizando entre outros aspectos, o direito, que as crianças têm, de continuar a sua vida escolar durante a permanência no hospital e de se beneficiar do ensino dos professores e do material didático que as autoridades escolares coloquem a sua disposição.

A Carta da Criança Hospitalizada de Portugal, de 2000, inspirada nos princípios da Carta Europeia da Criança Hospitalizada, aprovada pelo Parlamento Europeu em



1986, demonstra as preocupações com projetos de humanização nos hospitais, com o bem-estar da criança hospitalizada e os aspectos educativos. O princípio sete da Carta de Portugal propõe que o “Hospital deve oferecer às crianças um ambiente que corresponda às suas necessidades físicas, afetivas e educativas, quer no aspecto do equipamento, quer no de pessoal e da segurança”(Mota, 2000.p.60).

Observa-se nesse histórico uma preocupação por parte dos países citados na garantia do direito de aprender das crianças hospitalizadas.

Historia das Classes Hospitalares no Brasil

No início do século XX, segundo Barros (2011 p.20) quando mal se diferenciava as doenças da miséria (como lepra, tuberculose e sífilis) da insanidade mental ocorreu como uma atitude de vanguarda, distinguir, dentro do manicômio, o asilamento de crianças. É relevante o resgate histórico do Pavilhão Escola Bourneville para esse estudo, que somam memórias à cronologia da escolarização nos hospitais do Brasil. O Pavilhão-Escola Bourneville para crianças anormais, do Hospício Nacional de Alienados do Rio de Janeiro fundado em 1902 e extinto em 1942. No Brasil do início do século XX, era uma prática comum, a internação de crianças nos manicômios. Em parte por razões de ordem econômica, dado que a internação livrava os pais da responsabilidade de cuidá-las ou por razões profiláticas da ordem da saúde pública no qual a deficiência mental e anormalidades assemelhadas, ou equivocadamente interpretadas, eram motivo para internação hospitalar.

A origem da possível classe hospitalar no Brasil estar vinculada ao mesmo tempo com a origem do ensino especial do nosso país, os asilos para alienados ajudam a compreender o pertencimento ao qual a escolarização em hospitais se enquadrava quando finalmente se fez regulamentada como uma modalidade de ensino. Assim, os mesmos anos 30 do século XX antecipavam o fechamento do Pavilhão Bourneville, anunciavam o surgimento das primeiras, reconhecidas oficialmente, classes especiais nas enfermarias da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

O atendimento educacional criado em 1600 na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, em São Paulo, segundo Caiado (2003 p.73), era destinado ao atendimento



escolar de deficientes físicos. Foi encontrado nos arquivos deste hospital relatórios anuais do movimento escolar de alunos deficientes físicos (não sensoriais) que datam de 1931. Era Secretario de Educação da Cidade de São Paulo, em 1931, o Professor Lourenço Filho. Em 1932 outra classe especial foi criada, como Escola Mista do Pavilhão Fernandinho, Em 1948 de acordo com Mazzotta (2003 p.39), uma terceira classe foi instalada com a nomeação da Professora Francisca Barbosa Félix de Souza que permaneceu até a sua aposentadoria em 01 de março de 1980. Em 1982 estavam funcionando, no Hospital Central da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, dez classes especiais estaduais. Tecnicamente, tais classes funcionam todas como classes hospitalares ou, ainda, configurando a modalidade “ensino hospitalar”, isto é, cada professora tem uma programação de atendimento individualizado aos alunos que estão como pacientes no hospital. Apesar de ter iniciado na década de 30, somente a partir de 1953 encontram-se registros mais acurados.

História da Classe Hospitalar do Hospital Municipal Jesus

A classe hospitalar do Hospital Municipal Jesus, localizado na cidade do Rio de Janeiro, iniciou suas atividades no dia 14 de agosto de 1950, através da portaria nº 634, atendendo aos pedidos do Diretor do Hospital na época, David Pillar. Nesse ano o hospital possuía em torno de 200 leitos e uma média de 80 crianças internadas A primeira professora dessa classe hospitalar foi Lecy Rittmeyer. As aulas eram dadas individualmente, nas enfermarias. Procurava-se saber da criança o que ela estava aprendendo ou o que já sabia e preparava a aula de modo a dar continuidade ao seu aprendizado Ainda não se tinha no hospital instalações apropriadas para esse tipo de atendimento. Em 1958, depois de inúmeros ofícios relatando a necessidade de novas professoras, o Departamento de Educação Primária cedeu ao Hospital Jesus a Professora Esther Lemos Zaborousky, que permitiu uma melhoria na distribuição dos alunos e conseqüentemente maior rendimento escolar.

O Hospital Barata Ribeiro e o Hospital Jesus funcionavam com classes hospitalares sem que um soubesse da existência do outro até 1960. Em tempo, o Hospital Barata Ribeiro já possuía instalações escolares no Centro Cirúrgico e



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

Ortopédico desde 1948. Quando as professoras, Lecy Rittmeyer e Marly Fróes Peixoto se conheceram sentiram então a necessidade da unificação do trabalho e de uma regulamentação, segundo Meira (1971 p.243). As professoras levaram essas reivindicações ao então Diretor do Departamento de Educação Primária, professor Álvaro Palmeira. Chegou a ser organizado um plano de regulamentação desse serviço na época, porém não se oficializou por causa da mudança de administração. Entretanto, foi criado a 24 de outubro, o Setor de Assistência Educacional Hospitalar e designada uma dirigente para o mesmo. Uma das condições para a não extinção das classes hospitalares, imposta pelo então Diretor do Departamento de Educação Primária, foi à instalação de salas de aula, para que as crianças tivessem, embora internadas, o trabalho escolar em ambiente próprio. Então a Classe Hospitalar passa a ser uma Unidade Escolar com regime próprio: Classe em Cooperação Hospitalar Jesus. De acordo com Ramos (2007 p.53), a professora Marly Fróes Peixoto ficou internada no Hospital Barata Ribeiro durante vários anos para o tratamento de um quadro de reumatismo infeccioso, o que a mantinha em uma cadeira de rodas. Neste hospital eram atendidos vários alunos do Estado, que ficavam internados por um longo período. A Professora Marly vendo-se cercada por tantas crianças fora do espaço escolar, passou a lecionar dentro da própria enfermaria como voluntária. Em 1961, foi extinto o Setor de Assistência Educacional Hospitalar e criou-se o Setor de Ensino Especial e Supletivo. Nessa data, foi definitivamente oficializado o atendimento às crianças hospitalizadas pela Lei de diretrizes e Bases e pela Constituição do Estado da Guanabara que no seu artigo 83 paragrafo 5º diz: *“A Educação dos Excepcionais será objeto de especial cuidado e amparo do Estado, assegurada ao Deficiente a assistência educacional, domiciliar e hospitalar.”*.(Rio de Janeiro, 1969)

Em 1961 foram cedidas, a título provisório, cinco salas destinadas à radiologia, que não funcionavam por motivos técnicos. Essas condições improvisadas possibilitaram a prática de atividades extracurriculares, como teatro, bandinha, canto orfeônico e atividades manuais. Em 1963 a Classe Hospitalar do Hospital Jesus o quadro de professoras foi ampliada para seis. Em 1964 as cinco salas ocupadas a título provisório foram instalados o Serviço de Radiologia e a Documentação Radiológica



IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

com isso, o trabalho passou a ser desenvolvido nas enfermarias com prejuízo para as crianças e desgaste para as professoras. Em 1965 as professoras em exercício obtiveram diploma do Curso de Especialização em Deficientes Físicos, o que passou a serem exigidos as novas professoras das classes hospitalares.

Ainda em 1965, a administração do hospital propôs iniciar as obras do prédio anexo inacabado. Foi criado um grupo de trabalho formado pelo Diretor do hospital, pelo diretor da Divisão Médica e todos os chefes de Serviços para discutirem as modificações. O impasse era sempre por causa do espaço. Os médicos desejavam mais consultórios para gerar um maior número de atendimentos e os demais serviços como: Classe Hospitalar, Recreação, Psicologia, Assistente Social, Mimeógrafo, Fotografia, Relações Públicas, tinham que também reivindicar um espaço para poder exercer suas funções. Segundo Meira (1971 p.248) a professora Marlene de Souza Carpena Amorim fez uma um discurso em favor do funcionamento da classe o que garantiu a cessão de uma sala para o funcionamento da classe.

Em 1975 a Classe em Cooperação Hospital Jesus passou a denominar: Escola 22- 8. Classe Especial de Deficientes Físicos do Hospital Jesus. A Classe pertencia a o 8 DEC (Distrito de Educação e Cultura).

Em 1983 a Classe Hospitalar do hospital Jesus tinha passou a ser um anexo da Escola Municipal General do Exército Humberto de Souza Mello. No ano de 1990, foi realizada uma nova organização na Secretaria Municipal de Educação, e a Resolução 392 de julho de 1990, determina que a Classe Hospitalar Jesus passe a ser vinculada a Escola Humberto de Souza Mello. A partir desse momento são extintas as funções de diretor e diretor adjunto, e é criada a função de Coordenação sem gratificação. Em 1993 o Hospital contava com a Direção do Dr. José Carlos Serapião. O espaço destinado à classe estava em obras e o atendimento pedagógico hospitalar era realizado nas enfermarias e na capela, para as crianças que podiam sair do leito. A Classe contava com cinco professores em exercício. A partir desse ano todos passaram a receber 40% do salário mínimo de gratificação de insalubridade. No ano de 1993 foram atendidas 947 crianças no período letivo de fevereiro a dezembro



Em 1995 a Classe Hospitalar atendeu 842 crianças. Nesse mesmo ano a classe passa a desenvolver seu trabalho em duas salas de aula, nas enfermarias 21 e 23 e numa sala adaptada na área de recreação. Em setembro, o hospital solicitou uma das salas para o atendimento da saúde mental.

Em 1996, a escola conta com uma secretária, duas salas de aula, uma sala adaptada e as enfermarias 23 e 21. Em outubro, a direção do hospital solicitou mais uma sala. O atendimento alcançou 883 crianças no período de fevereiro a dezembro. Em 1997, o número de atendimentos chegou a 1002, com cinco professores regentes em uma sala de aula, duas salas adaptadas (área de recreação) e nas enfermarias 21, 22 e 23. Até o ano de 2004 a classe hospitalar mantém a média de atendimentos sendo que nesse mesmo ano é implementada a brinquedoteca no horário da manhã com a Professora Elizabeth Leitão Ramos Luiz. O número de atendimento chega a 2585 crianças, sendo 45 do 2º segmento do Ensino Fundamental. Em março de 2005, foi assinado o convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Saúde, publicado no Diário Oficial do município em 08/03/2005 que dispõe sobre o funcionamento da Classe Hospitalar Jesus. (Rio de Janeiro, 2005)

Observamos nesse histórico que apesar de toda uma trajetória importante de muitos anos dentro da história da educação brasileira, essa modalidade de educação ainda é desconhecida pelos profissionais da Educação e da Saúde.

A Classe Hospitalar como Direito

Esse direito foi reconhecido pela Declaração dos Direitos da Criança e do Adolescente Hospitalizados (Resolução número 41, de 13 de outubro de 1995, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do adolescente) em função da preocupação da Sociedade Brasileira de Pediatria em mapear o conjunto de necessidades de atenção à criança ou adolescente que precisam de cuidados de saúde em ambientes de internação hospitalar.

O Ministério da Educação e do Desporto formula a Política Nacional da Educação Especial (MEC, 1994), propondo que a educação em hospital se faça através da organização de classes hospitalares, devendo-se assegurar oferta educacional não só



às crianças com transtornos do desenvolvimento, mas também, às crianças e adolescentes em situação de risco ao desenvolvimento, como é o caso da internação hospitalar, uma vez que a hospitalização determina restrições às relações de convivência, às oportunidades sócias interativas escolares (relação com colegas e relações de aprendizagens mediadas por professor) e à exportação intelectual dos ambientes de vida social (Fonseca, 1999).

De acordo com a Constituição Nacional (BRASIL, 1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) a Lei Orgânica da Saúde (BRASIL, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996), o atendimento à saúde deve ser integral (promoção, prevenção, recuperação, etc.) e a educação escolar deve ser de acordo às necessidades especiais dos educandos (Oliveira, 2004).

Buscando adequar-se ao que prevê a legislação em vigor o MEC através da Secretaria de Educação Especial procedeu à revisão em sua documentação no que tange as estratégias e orientações para o trabalho pedagógico para as pessoas com necessidades especiais (Fonseca, 2003). A partir dessa revisão, a área de atendimento pedagógico hospitalar e o atendimento domiciliar passaram a dispor de uma publicação que regulamenta essas modalidades de atendimento que se denomina: *Classe Hospitalar e Atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações* (BRASIL, 2002). Esse documento visa a estruturar e promover a oferta do atendimento pedagógico em ambientes hospitalares e domiciliares de forma a assegurar o acesso à educação básica e à atenção às necessidades educacionais especiais.

Levantamento das Classes Hospitalares no Brasil

Segundo Fonseca (2011 p.81) o primeiro mapeamento sobre as classes hospitalares no Brasil foi realizado no período entre julho de 1997 a fevereiro de 1998. Apenas quatro Estados Brasileiros não se obteve qualquer informação para esse atendimento. Esse levantamento, segundo a autora, é realizado por meio de parcerias firmadas de colaboradores (profissionais que atuam diretamente nas Classes Hospitalares e no atendimento pedagógico domiciliar) pelos laços de confiança, respeito e solidariedade ao direito à escolaridade da criança e/ou adolescente internados. Essa



coleta, mapeamento e divulgação desses dados e documentos e feita por meio da página da internet www.escolahospitalar.uerj.br e depois registrada no informativo semestral sobre atendimento pedagógico hospitalar.

De acordo com a última atualização realizada em maio de 2015, o Brasil conta com 143 classes hospitalares distribuídas por dezenove Estados e no Distrito Federal conforme a listagem apresentada: Região Norte – total 10 hospitais com escolas; Região Nordeste – total de 23 hospitais com escolas; Região Centro-Oeste – total 24 hospitais com escolas; Região Sudeste- total de 52 hospitais com escolas e Região Sul- total de 19 hospitais com escolas. Estados Brasileiros que segundo esse levantamento, não há informação sobre a existência de hospitais com classe hospitalar para as crianças e/ou adolescentes internados: Amazonas, Rondônia, Amapá, Piauí, Paraíba, e Alagoas.

Levantamento sobre o atendimento domiciliar no Brasil

A modalidade de ensino domiciliar é legalmente garantida e viabiliza o acompanhamento da escolaridade de crianças e adolescentes que estão doentes, mas não sob o regime de internação. Esses alunos, na maioria, se encontram em casas de apoio ou mesmo nas suas residências uma vez por causa da baixa imunidade orgânica não podem frequentar lugares públicos (escolas, clubes, shoppings, etc.). Nesse mesmo levantamento de maio de 2011, o Brasil possui trinta e duas (32) instituições que oferecem atendimento pedagógico hospitalar em quinze (15) Estados Brasileiros assim distribuídos: Região Norte- total de 4 instituições; Região Nordeste- total de 12 instituições; Região Centro –Oeste- total de 5 instituições; Região Sudeste- total de 6 instituições e Região Sul- total de 4 instituições.

E preciso ressaltar, que esse mapeamento, leva em consideração as orientações que o documento do MEC: Classe Hospitalar e Atendimento Pedagógico Domiciliar: orientações e estratégias (BRASIL, 2002) faz referência. O profissional em atuação como professor no ambiente hospitalar ou domiciliar seja funcionário concursado e aprovado pelo órgão de educação que, tenha firmado um convênio com o hospital ou o órgão de saúde e encaminha seus professores para que eles cumpram suas funções de ensino no ambiente hospitalar.



Considerações Finais

A pesquisa bibliográfica realizada nesse estudo nos permitiu revelar um pouco da história da Classe hospitalar. Procuramos estabelecer um diálogo com o passado para tentarmos escrever e compreender o caminho feito pela Classe Hospitalar no Brasil e no mundo.

No Brasil, embora seja previsto por lei que as crianças e/os adolescentes tenham acompanhamento pedagógico, esse acompanhamento ainda é tímido em relação ao número de hospitais que o Brasil possui em sua extensão.

Além disso, parece oportuno desencadear, de alguma forma, entre estudantes e professores dos Cursos de Formação de Professores e do Curso de Pedagogia e também para os profissionais da Saúde, alternativas de socialização do conhecimento desses estudos e ampliar os desdobramentos e aprofundamentos dessa investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Alessandra. **Notas Sócio Históricas e Antropológicas sobre a escolarização em Hospitais**. In: SCHILKE, Ana Lúcia, NUNES, Lauane Baroncelli, AROSA, Armando C.(Orgs). Atendimento Escolar Hospitalar: saberes e fazeres. Niterói Ed Intertexto, , 2011. P.19-29
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Classe Hospitalar e atendimento pedagógico domiciliar: estratégias e orientações**. Brasília, MEC, 2002.
- BRASI, Ministério da Educação e do Desporto. **Política Nacional da Educação Especial**. Brasília, MEC, 1994.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto.. **Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília, MEC, 2001.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Lei n 8080 de 19 de set de 1990**. Brasília, 1990.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e bases da Educação Brasileira**. Brasília, MEC, 1996.
- BRASIL, Casa Civil. **Estatuto da Criança e do adolescente**. Brasília, 1990
- CAIADO, Kátia R.M. **O trabalho pedagógico no ambiente hospitalar: um espaço em construção**. In: RIBEIRO, Maria Luisa Sprovieri; BAUMEL, Roseli Cecília Rocha de Carvalho (Orgs) Educação Especial: do querer ao fazer. São Paulo Ed.. Avercamp, 2003. p. 71-78.
- CAMARU, Talita; GOLDANI, Marcelo. **Os direitos da criança hospitalizada no Hospital de Clínicas de Porto Alegre**. Revista do Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Porto Alegre, Vol 24, p 5-13, abril.2004.



FONSECA, E.S. “**Classe Hospitalar: ação sistemática na atenção às necessidades pedagógico-educacionais de crianças e adolescentes “hospitalizados”**”in: Temas sobre Desenvolvimento, v.8, n.44, p.32-37, 1999.

FONSECA, Eneida Simões da. **Atendimento Escolar no Ambiente Hospitalar**. São Paulo Memnon., 2003.

FONSECA, Eneida Simões da. **O Brasil e suas escolas hospitalares e domiciliares**. In. SCHILKE, Ana Lúcia, NUNES, Lauane Baroncelli, AROSA, Armando C.(Orgs). **Atendimento Escolar Hospitalar: saberes e fazeres**. Niterói, Ed Intertexto, 2011. P. 81-90

GONZÁLES, Eugenio. **Necessidades educacionais específicas**. Porto Alegre, Artmed, 2007.

MANCINI, Marisa Catta; SAMPAIO, Rosana Ferreira. Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão. Ver.bras.fisioterapia.São Carlos, v 10, n 4, Dec, 2006.

MAZZOTTA, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil – Historia e Políticas Publicas**. São Paulo Cortez, 2003.

MEIRA, Deyler G. **Hospital Jesus**. Rio de Janeiro. Editora Laermmert. 1971. .

MOTA, C.H. **Carta da Criança Hospitalizada**. Lisboa. Instituto de apoio a Criança. Caderno 1, p 59-63. Novembro. 2000.

OLIVEIRA, Tyara Carvalho. **As Classes Hospitalares na perspectiva da educação inclusiva: (des) caminhos da Formação de professores**. 2004, vi, 120 f Trabalho de conclusão de curso (graduação em Pedagogia) Duque de Caxias FEBF/UERJ, 2004.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de. **A Pedagogia de Projetos nas Escolas dos Hospitais: Estratégia coletiva de construção de conhecimentos**. In. SCHILKE, Ana Lúcia, NUNES, Lauane Baroncelli, AROSA, Armando C.(Orgs). **Atendimento Escolar Hospitalar: saberes e fazeres**. Niterói Ed Intertexto, , 2011.p.57-65.

RAMOS, Maria Alice de Moura. **A História da Classe Hospitalar Jesus**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro UNIRIO, 2007

RIO DE JANEIRO, Governo do Estado, Constituição do Estado da Guanabara, artigo 83, paragrafo 5 de 30/10/1969. Rio de Janeiro , 1969. Disponível em: www.download.rj.gov.br Acesso em 7 de maio de 2013.

RIO DE JANEIRO, Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Imprensa Oficial. **Diário oficial de 08/03/2005**. Rio de Janeiro, 2005 Disponível em: www.download.rj.gov.br. Acesso em 7 de maio de 2013.

VASCONCELOS, Sandra. **Classe Hospitalar no mundo: um desafio à infância em sofrimento**. In Anais Eletrônicos da 57ª reunião anual da SBPC. Fortaleza. 2005 Disponível em:

<http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/CONF_SIMP/textos/sandramaia-hospitalar.htm> Acesso em: 3 de maio de 2015.